

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.209 - SC (2019/0014469-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **DANIEL JOSÉ DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **AIRTON CEZAR DE MENEZES E OUTRO(S) - SC022444**
DAYANY CRISTINA ZUNINO - SC050263
AGRAVADO : **UNIMED SEGURADORA S/A**
ADVOGADOS : **PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S) - SC030741**
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - SC030589
LUANA BORGES - SC049057

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. 1. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA 13/STJ. 2. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Daniel José dos Santos contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Infere-se dos autos que a Quinta Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu parcial provimento ao recurso da ora agravada, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 358-359):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. AGRAVO RETIDO DA SEGURADORA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO SUSCITADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 206, § 1º, II, "B", DO CÓDIGO CIVIL. PRAZO PRESCRICIONAL QUE PASSA A FLUIR A PARTIR DO MOMENTO EM QUE SEGURADO TEM CIÊNCIA DO FATO GERADOR DA PRETENSÃO. POR SE TRATAR DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ, CONSIDERA-SE O DIA EM QUE FOI DEFERIDA A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PRAZO PRESCRICIONAL QUE RESTA SUSPENSO COM O PEDIDO DE PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA QUE SÓ VOLTA A FLUIR QUANDO O SEGURADO TEM CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA. SÚMULA 229, DO STJ. AUSÊNCIA DE PROVA DA DATA EM QUE O SEGURADO FOI CIENTIFICADO DA NEGATIVA. LAPSO PRESCRICIONAL NÃO TRANSCORRIDO. PREFACIAL AFASTADA.

APELO DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DE QUE A INVALIDEZ É APENAS PARCIAL. LAUDO PERICIAL QUE

DEMONSTRA QUE AS LESÕES QUE ACOMETEM O AUTOR CORRESPONDEM A 25% DO TOTAL DA TABELA, SOBRE O SEGMENTO LOMBAR DA COLUNA. VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER PROPORCIONAL AO PERCENTUAL DA INCAPACIDADE APURADO PELO PERITO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA QUE DEVE TER INÍCIO DESDE A DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

- "(...) O pedido de pagamento de indenização à seguradora apenas suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão que recusa a cobertura (Súmula 229/STJ). Não há interrupção, mas suspensão do prazo." (EDcl no REsp 1163239/MG, Min. Raul Araújo).

- "A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que, nos termos do art. 206, § 1º, II, do Código Civil de 2002, a ação do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano, contado da data em que tiver conhecimento inequívoco da sua incapacidade laboral, que, em regra, dá-se com a aposentadoria por invalidez ou por meio da perícia médica que a autoriza." (AgRg no AREsp n. 427.569/SC, Min. Ricardo Villas Bôas Cueva). [...] (TJSC - AC n. 0301446-03.2014.8.24.0075, de Tubarão. Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgado em 18/04/2017).

- Prevista no certificado individual do seguro de vida em grupo a indenização securitária para invalidez permanente total ou parcial, há que se reconhecer a viabilidade da gradação do quantum indenizatório, de acordo com o grau da incapacidade verificada em perícia judicial. [...] (TJSC - AC n. 0300769-47.2014.8.24.0018, de Chapecó. Rel. Des. Henry Petry Junior, julgado em 25/04/2017).

- "(...) Demonstrado em perícia médica que a invalidez é parcial, deve o valor da indenização securitária corresponder ao percentual da incapacidade apurado pelo expert, calculado sobre o capital segurado pactuado". (TJSC - AC n. 0302986-06.2015.8.24.0058, de São Bento do Sul. Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgado em 04/04/2017).

- A correção monetária incide desde a data da celebração do contrato até o dia do efetivo pagamento do seguro, pois a apólice deve refletir o valor contratado atualizado. Precedentes (...) (TJSC - AC n. 0000633-26.2014.8.24.0018, de Chapecó. Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgado em 20/02/2017).

Os embargos de declaração opostos por ambas as partes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente apontou divergência jurisprudencial e violação ao art. 47 do CDC.

Aduziu, em síntese, que não teria obtido, antes da adesão contratual, acesso às "Condições Gerais", nas quais constavam a informação de que a indenização seria proporcional ao grau de invalidez.

O processamento do recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo*, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a

aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, tendo em vista que o acórdão selecionado para demonstrar a alegada divergência é proveniente do próprio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, fazendo incidir, na espécie, o óbice contido no enunciado n. 13 da Súmula do STJ: "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".

Quanto à irresignação deduzida pela alínea *a* do permissivo constitucional, melhor sorte não assiste ao recorrente.

Isso porque a Corte de origem, embora tenha se pronunciado sobre as "Condições Gerais", consignando que ela não estaria assinada, não se manifestou especificamente sobre a ora suscitada alegação de que o recorrente não obteve acesso prévio ao referido documento.

Diante desse contexto, não havendo manifestação do Colegiado estadual sobre tal ponto, tem-se que o prequestionamento, requisito viabilizador do recurso especial, não foi preenchido, o que impede o conhecimento da matéria por esta Corte Superior, nos termos dos enunciados 282 e 356 da Súmula do STF.

Sobre o tema, veja-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE. AFRONTA AOS ARTS. 402, 403, 730, 733 E 734 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA/STF. DANOS MORAL E MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As matérias constantes dos dispositivos legais apontados como violados não foram objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1111956/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe

04/12/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

